



MINISTÉRIO DAS CIDADES
Secretaria-Executiva do Conselho das Cidades
SAUS, Q. 01, Lotes 1/6, Bloco “H”, Ed. Telemundi II, 12º andar, Sala 1206-Brasília – DF – CEP 70070
Tel.: (061) 2108.1641 conselho@idades.gov.br

33ª Reunião da Coordenação-Executiva do Conselho das Cidades

Dia 10 de novembro de 2014 – das 10h às 17h - Ministério das Cidades - Sala 904

PARTICIPANTES

Coordenação: Isabela Sbampato

Poder Público Estadual: Nelma Lisboa.

Poder Público Municipal: Francisco dos Santos Lopes.

Entidades do Movimento Popular: Bartíria Lima/CONAM, Creusamar de Pinho/UNMP e Wellington de Oliveira Bernardo/CMP, Neila Gomes/MNLN.

Entidades Profissionais, Acadêmicas e de Pesquisa: Darci Campani.

Empresários: Herivelto Jamerson.

Trabalhadores: Guilherme Carpintero.

Organizações não Governamentais: Marta Sileda.

Ministério das Cidades

Assessores Técnicos: Marco Mota (Semob), Edson Leite (SNH), Letícia Teixeira (SNAPU) e Alexandre Godeiro (SNSA).

Seconcid: Isabela Sbampato, João Moniz, Ramana Jacques e Tereza Góes.

RELATO

A Reunião teve início com algumas avaliações sobre iniciativas de caráter organizativo indicadas na 32ª Reunião e postas em execução durante a 42ª Reunião do ConCidades. Uma delas foi a Comissão Coordenadora dos Trabalhos, que funcionou razoavelmente, entretanto o comparecimento à atividade de sistematização das propostas de resolução não foi satisfatório. É preciso que haja o entendimento de que a Comissão tem de estar disponível até o fim da reunião.

Quanto as ausências dos representantes às reuniões do ConCidades, essas devem ser controladas por meio das listas de presença, que serão encaminhadas aos membros da Coordenação Executiva que as levarão aos respectivos segmentos. Não se trata de um controle por parte da Seconcid, mas sim dos próprios segmentos.

Indagou-se sobre quem é o “ponto focal” para recebimento de informações e distribuição nos segmentos. Trata-se de uma questão que ainda não está bem explicitada, porque se por um lado o ideal seria ser o representante da Coordenação Executiva, mas isso não acontece em todos os segmentos. Deliberou-se que as informações sejam encaminhadas para os membros da Coordenação Executiva e cada um se entende com o seu segmento.

Quanto aos procedimentos para apresentar resoluções sem passar pela sistematização, frisou-se que isso é regulado no Regimento, e mesmo no caso das moções, que não são reguladas, é preciso que sigam o mesmo rito das resoluções, com exceção dos casos de urgência, a fim de evitar problemas e atropelos. Argumentou-se que as moções, algumas vezes, têm um caráter imponderável e por isso não pode haver muita rigidez. Este ponto tem que ser explicado nos segmentos.

Solicitou-se que a tabela sobre o andamento das resoluções sejam periodicamente enviadas à Coordenação.

Grupos de Trabalho

Moradia Social

Este GT está em aberto desde 2009, ano em que foi criado.

Há um histórico de instabilidade no foco da política de Moradia Social que provocou, inclusive, a mudança da Secretaria coordenadora do GT (Programas Urbanos para Habitação).

Na apresentação do Quadro de Acompanhamento dos GTs, avaliou-se que um dos problemas para que os GTs ganhem impulso é que alguns deles não despertam interesse das Secretarias que os coordenam. O GT foi criado visando à locação social. Depois da apresentação do Projeto de Lei da Moradia Social, o GT voltou-se para a população de rua. Sugeriu-se a volta ao foco inicial.

Autogestão

Explicou-se que o principal objetivo é solucionar as restrições para a autogestão, devidas ao fato de não ser considerada nem pela Caixa, nem pelo CRAU. Encaminhou-se levar a questão para ser discutida no Plenário, se vai ser levado adiante, já que ainda não foi feito o plano de trabalho.

Comissão contra a Criminalização dos Movimentos Sociais

Solicitar aos segmentos a indicação dos seus representantes. Não é preciso fazer plano de trabalho, mas sim acompanhar a agenda do Projeto de Lei no Senado, para conforme os eventos que forem marcados, a Comissão comparece.

ONU Habitat

Em andamento.

6ª Conferência

Resolução em andamento.

Regimento

Iniciar o processo de recolhimento das contribuições independente do andamento da Resolução. Na 43ª Reunião será definida a data da reunião para deliberar a aprovação das alterações.

Orçamento

É preciso convocar uma reunião.

Programação

Comentou-se que alguns conselheiros entendem que o debate político em plenário está sendo empobrecido, enquanto que os Comitês são privilegiados com um dia inteiro de reunião. Por outro lado, a duração de um dia para os Comitês foi uma forte reivindicação dos próprios conselheiros. Ressaltou-se a importância dos Comitês serem posteriores ao Tema de Conjuntura.

PROPOSTA DE PROGRAMAÇÃO 43ª REUNIÃO

1º Dia 01/12/2014	09h às 09h30	<ol style="list-style-type: none"> 1. Abertura dos trabalhos e composição da Comissão Coordenadora dos trabalhos (1 representante por segmento) 2. Aprovação da Pauta 3. Aprovação da Ata da 42 reunião
	09h30 às 10h	<ol style="list-style-type: none"> 1. Informe sobre as Resoluções aprovadas pelo Plenário 2. Informe GTI SNDU ¹
	10h às 12h	ONU Habitat III
	14h às 17h	<p>Tema de conjuntura: desafios para política de Desenvolvimento Urbano para o novo mandato presidencial</p> <p>Debatedor (15min): representante da Secretaria-Geral [Pedro Pontual] ou Casa Civil</p> <p>Debatedor (15min): Trabalhadores [Guilherme indicará o nome]</p> <p>Palestrante (40min): Marcio Pochman ou João Setti Whitaker Ferreira ou UFABC ou Observatório das Metrôpoles ou Cientista Político UNB</p> <p>(apresentação e debate com blocos de 5 perguntas)</p>
	17h às 18h	PPA (Planejamento, Casa Civil, Fórum Inter-Conselhos) ²
	18h às 20h	Reunião de Segmentos
2º Dia 02/12/2014	09h às 17h	Reunião de Comitês Técnicos
	17h	Reunião de Sistematização
3º Dia 03/12/2014	09h - 11h	Relatos dos Comitês Habitação, Trânsito, Transporte e Mobilidade Urbana, Saneamento Ambiental e Planejamento e Gestão do Solo Urbano.
	11h às 12h	GT Moradia Social (resgate histórico e debate) ³
	14h às 17h	Leitura e aprovação das resoluções.

REUNIÕES DOS COMITÊS TÉCNICOS

Comitê Técnico de Planejamento e Gestão do Solo Urbano

Campanha sobre função social da propriedade.

Resolução 414/2010 da ANEEL que trata da transferência da responsabilidade pela iluminação pública para os municípios.

Informes:

GT Conflitos.

GT SNDU MCidades.

Comitê Técnico de Trânsito, Transporte e Mobilidade Urbana

Apresentação da ata da reunião anterior.

Apresentação pela SEMOB do balanço de atividades de capacitação e de divulgação da Lei 12587/2012 principalmente quanto a elaboração do Plano de Mobilidade Urbana dos Municípios.

Discussão sobre os sub-grupos criados na reunião anterior.

- a. divulgação e capacitação (Lei 12587/2012);
- b. transporte sobre trilhos (CBTU e TRANSURB);
- c. segurança no trânsito.

Balanço das resoluções do Comitê de Mobilidade.

Comitê Técnico de Saneamento Ambiental

1. Temas para elaboração de Plano de Ações prioritárias para o CTSA – 5ª Gestão (2014-2016).
2. Discussão da MP 651 – Proposta de escalonamento e prazo para a implantação da Disposição adequada dos Resíduos Sólidos Urbanos.
3. Informes.

Comitê Técnico de Habitação

Informes:

Balanço do PAC/UAP.

Balanço do PMCMV.

Balanço da regularidade dos entes federados junto ao SNHIS.

Estágio atual e conclusão das pesquisas no Termo de Cooperação SNH/CNPQ.

Pauta:

MCMV III.

Proposta de avaliação de efetividade na solução habitacional aos beneficiários do MCMV Entidades.

GT Autogestão.

Discussão do GT Assistência Técnica.

Apresentação dos resultados preliminares do Termo de Cooperação IPEA/SNH sobre a percepção dos beneficiários sobre o PMCMV I e II.

Observações

1. Explicar ao Pleno os objetivos do GT Ministério e do GTI Intersetorial.
2. Debater as representações do Conselho para o Fórum.
3. O debate vai ser levado ao Pleno, onde será historiado seu andamento e deliberada a sua continuidade.

ENCAMINHAMENTOS

- Foram propostas as seguintes datas para as primeiras reuniões de 2015:

5 de fevereiro – 34ª Reunião da Coordenação Executiva

25 a 27 de março – 44ª Reunião Ordinária do Conselho das cidades

- Continuar a distribuição de listas de presenças para a Coordenação Executiva. Os representantes redistribuem aos seus respectivos segmentos, que se entendem internamente.

- Esclarecer ao Pleno que as moções devem seguir o rito das resoluções, com exceção dos casos de urgência.

- Enfatizar o papel da Comissão Coordenadora dos trabalhos, que permanece ativa até o fim da reunião.

- O GT da Moradia Social vai ser objeto de debate e deliberação no Pleno.

- Deliberar se o GT da Autogestão vai ter continuidade.

- Os segmentos indicam os representantes para a Comissão contra a criminalização dos Movimentos.

- Iniciar o processo de recolhimento das contribuições para a alteração do Regimento Interno sem esperar a aprovação da publicação da Resolução que cria o GT.